

Atos Oficiais

A Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires - SP, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 31, § 5º da Lei nº 13.465/2017, FAZ SABER ao(s) notificado(s):

MARINILTON ALVES CARDOSO, brasileiro, titular do RG nº 2.288.908-BA, inscrito no CPF sob nº 362.075.515-91, casado no regime de comunhão parcial de bens com SILVANA FERNANDES DE MELO CARDOSO, brasileira, titular do RG nº 24.575.930-X-SP, residentes na Estrada da Cooperativa, nº 1844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. ODAIR RODRIGUES, brasileiro, solteiro, titular do RG nº 12.915.516-SP, inscrito no CPF sob nº 005.910.818-57, residente na Estrada Jornalista José Edinaldo Gemecê de Menezes, nº 805-lado, Colônia, CEP 09405-390, Ribeirão Pires/ SP. LAURA SATIKO KAJIHARA, brasileira, solteira, titular do RG. 23.977.391-3-SP, inscrita no CPF sob nº 131.411.248-17, residente na Estrada Jornalista José Edinaldo Gemecê de Menezes, nº 805-lado, Colônia, CEP 09405-390, Ribeirão Pires/ SP. JOSÉ MARQUES FILHO, brasileiro, titular do RG nº 5.420.797-SP, inscrito no CPF sob nº 097.242.348-60, casado no regime de comunhão parcial de bens com FÁTIMA PEREIRA MARQUES, brasileira, titular do RG nº 12.205.679-SP, inscrita no CPF sob nº 808.789.648-60, residentes na Estrada do Soma, nº 100, Ouro Fino Paulista, CEP 09445-550, Ribeirão Pires/ SP. JOSÉ JUVINIANO DA SILVA, brasileiro, solteiro, titular do RG. 3.907.127-SP, inscrito no CPF sob nº 256.458.208-78, residente na Estrada da Cooperativa, nº 1844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. CARLICE DA LUZ CARDOSO, brasileira, solteira, titular do RG. 25.371.741-3-SP, inscrita no CPF sob nº 156.014.058-59, residente na Estrada da Cooperativa, nº 1844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. ALTAIR GONÇALVES DE PAULA, brasileiro, titular do RG nº 19.206.965-SP, inscrito no CPF sob nº 124.537.848-11, casado no regime de comunhão parcial de bens com MARIA APARECIDA FAGUNDES DE PAULA, brasileira, titular do RG nº 24.925.235-1-SP, residentes na Rua Domingos Correia, nº 736, Aliança, CEP 09403-420, Ribeirão Pires/ SP. EDSON LUIZ ROSENAL, brasileiro, titular do RG nº 15.559.148-SP, inscrito no CPF sob nº 047.527.568-38, casado no regime de comunhão parcial de bens com EDNA FERREIRA CONCEIÇÃO ROSENAL, brasileira, titular do RG nº 13.830.496-8-SP, inscrita no CPF sob nº 039.408.318-08, residentes na Estrada da Cooperativa, nº 1844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. JOÃO FERREIRA CABRAL, brasileiro, titular do RG nº 26.321.943-4-SP, inscrita no CPF sob nº 219.480.035-20, casado no regime de comunhão universal de bens com ADENICE DA SILVA CABRAL, brasileira, titular do RG nº 24.792.863-X-SP, inscrito no CPF sob nº 219.480.035-20, residentes na Estrada da Cooperativa nº 1.844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. LUIZ FERREIRA DA CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro, titular do RG 18.421.462-2-SP, inscrito no CPF sob nº 028.613.298-23, residente na Rua Maurílio Ângelo Lorencetti, nº 497, Jardim Santista, CEP 09341-040, Mauá/ SP. OSÉIA FERREIRA MOREIRA, brasileiro, solteiro, titular do RG nº 17.722.525-7-SP, inscrita no CPF sob nº 079.985.868-42, residente na Estrada da Cooperativa nº 1.844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. LEONILDO CÍCERO DE ALENCAR, brasileiro, titular do RG nº 25.458.582-6-SP, inscrita no CPF sob nº 192.488.048-29, casado no regime de separação legal de bens com MARIA FRANCEILDE DE OLIVEIRA ALENCAR, brasileira, titular do RG nº 29.385.471-3-SP, residentes na Estrada da Cooperativa nº 1.844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. MILTON AMANCIO, brasileiro, titular do RG nº 11.222.011-SP, inscrita no CPF sob nº 949.087.108-72, casado no regime de comunhão parcial de bens com APARECIDA ANGELICA DA SILVA AMANCIO, brasileira, titular do RG nº 24.210.865-9-SP, residentes na Estrada da Cooperativa nº 1.844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. VICENTE PAIS, brasileiro, separado judicialmente, titular do RG nº 303.133-SP, inscrito no CPF sob nº 103.634.088-00, residentes na Estrada da Cooperativa nº 1.844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. MARIA HELENA GOMES IMPOSSINATO, brasileira, viúva, titular do RG nº 8.965.135-SP, inscrita no CPF sob nº 674.673.348-34, residente na Rua Horácio Hunti nº 140, Vila Humaitá, CEP 09121-110, Santo André/ SP. PAULO CESAR RODRIGUES, brasileiro, titular do RG nº 8.103.993-SP, inscrita no CPF sob nº 807.569.998-04, casado no regime de comunhão parcial de bens com SONIA MARIA DO ANJOS RODRIGUES, brasileira, titular do RG nº 7.615.761-SP, residente na Rua Horácio Hunti, nº 140, Vila Humaitá, CEP 09121-110, Santo André/ SP. LINALDO SOUZA DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, titular do RG nº 25.440.255-0-SP, inscrita no CPF sob nº 091.304.378-81, residentes na Estrada da Cooperativa nº 1.844, Aliança, CEP 09404-150, Ribeirão Pires/ SP. JOSMAN CLAUDINO DA SILVA, brasileiro, titular do RG nº 8.469.124-SP, inscrito no CPF sob nº 809.700.018-00, casado no regime de comunhão parcial de bens com ALZIRA PEREIRA DA SILVA, brasileira, titular do RG nº 2.507.637-SP, residentes na Rua Roque Finamore nº 275, Jardim Itapeva, CEP 09341-020, Mauá/ SP. JUSCELINO CAMPOS MORAIS, brasileiro, titular do RG nº 71.459-PA, inscrita no CPF sob nº 095.017.702-49, casado no regime de comunhão parcial de bens com LUZIA FERREIRA DE LIMA MORAIS, brasileira, titular do RG nº 19.148.249-SP, inscrito no CPF sob nº 008.402.748-74, residentes na Rua Padre Antônio de Gennaro nº 202, Vila Cristália, CEP 04257-250, São Paulo/ SP. DOMINGOS SÁVIO CAMPOS MONTEIRO, brasileiro, titular do RG nº 308.534-PI, inscrita no CPF sob nº 007.121.968-46, casado no regime de comunhão parcial de bens com MARIA DOS REMÉDIOS LEAL DE SOUZA MONTEIRO, brasileira, titular do RG nº 17.475.609-SP, inscrito no CPF sob nº 064.257.338-70, residentes na Avenida Bevenuto Bagnara, nº 491, Jardim Zaira, CEP 09320-470, Mauá/ SP. VALDELÍ DE JESUS MAGALHÃES, brasileiro, titular do RG nº 11.826.247-SP, inscrito no CPF sob nº 077.348.308-03, casado no regime de comunhão parcial de bens com CÉLIA PEREIRA RUAS MAGALHÃES, brasileira, titular do RG nº 27.967.236-6-SP, inscrito no CPF sob nº 129.646.588-89, residentes na Rua Natal Frederico Maziero, nº 05, São Caetaninho, CEP 09404-480, Ribeirão Pires/ SP. JOSAFÁ CIPRIANO DE ALMEIDA, brasileiro, titular do RG nº 25.504.126-3-SP, inscrito no CPF sob nº 508.432.494-04, casado no regime de comunhão parcial de bens

com EVANEIDE DE SOUZA ALMEIDA, brasileira, titular do RG nº 30.313.206-1-SP, residentes na Rua Natal Frederico Maziero, nº 05, São Caetaninho, CEP 09404-480, Ribeirão Pires/ SP. SOLANGE MARIA DA SILVA, brasileira, titular do RG nº 4.276.669-PE, inscrita no CPF sob nº 800.901.764-72, residente na Rua Padre Antônio de Gennaro, nº 289, Vila Cristália, CEP 04257-250, São Paulo/ SP. VALENTINA COSTA DOS SANTOS, brasileira, titular do RG nº 12.883.670-SSP-SP, inscrita no CPF sob nº 091.023.628-30, casada no regime de comunhão universal de bens com JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, titular do RG nº 5.935.162-SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 513.588.678-87 residentes na Rua das Sapucaias, nº 95, Jardim Serrano, CEP 09404-070, Ribeirão Pires/ SP. DEUSDETE PEREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, titular do RG nº 28.115.146-5-SP, inscrita no CPF sob nº 075.536.998-02, residentes na Rua Cinco nº 49, Jardim IV Centenário, Mauá/ SP, e para quem possa interessar, que o poder público municipal instaurou procedimento para fins de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), do núcleo denominado “Jardim Serrano”, Processo Administrativo nº 2443/2011, situado na Avenida dos Manacás, Bairro Aliança, neste município, com as seguintes características: núcleo irregular de interesse social constituído por parte das matrículas sob os números 35.250 e 38.818, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Ribeirão Pires - SP, perfazendo 62.882,78 m² de área a ser regularizada.

Dessa forma, ficam OS ACIMA NOMINADOS E DEMAIS INTERESSADOS cientificados de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do presente **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO** poderão apresentar, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano da Estância Turística de Ribeirão Pires - Departamento de Regularização Fundiária, nesta Prefeitura, situada na Rua Felipe Sabbag, nº 200, 2º andar, Bairro Centro, nesta cidade, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 17:00, IMPUGNAÇÃO À INSTAURAÇÃO DA REURB-S realizada, conforme lhes é facultado pelo § 5º do art. 31 da Lei nº 13.465/2017, descrevendo especificamente os pontos controversos, sob pena de nulidade.

Ribeirão Pires, 02 de fevereiro de 2021.

Ato da Mesa N.º 2991/2022 A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR o funcionário Alan Barbosa do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar de provimento em comissão, a contar de 17 de janeiro do ano em curso. Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 28 de janeiro de 2022 – 68º Ano da Instalação do Município. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi Presidente Vereador Professor Paulo Cesar PC Vice-Presidente Vereador José Nelson da Paixão 1º Secretário Vereador Sandro Campos 2º Secretário Vereador Alessandro Dias 3º Secretário.**

Ato da Mesa N.º 2992/2022 A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR o funcionário Jonathan Willyan de Lima do cargo de Assessor de Relações Parlamentares de provimento em comissão, com carga horária de 40 horas semanais. Art. 2º. NOMEAR no Cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar de provimento em comissão, com carga horária de 30 horas semanais, a contar de 17 de janeiro do ano em curso. Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 28 de janeiro de 2022 – 68º Ano da Instalação do Município. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi Presidente Vereador Professor Paulo Cesar PC Vice-Presidente Vereador José Nelson da Paixão 1º Secretário Vereador Sandro Campos 2º Secretário Vereador Alessandro Dias 3º Secretário**

Ato da Mesa N.º 2993/2022 A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa, **RESOLVE:** Art. 1º. **NOMEAR**, Fábio Henrique dos Santos, para exercer o cargo de Assessor de Relações Parlamentares de provimento em Comissão, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de janeiro do ano em curso. Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 28 de janeiro de 2022 – 68º Ano da Instalação do Município. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi Presidente Vereador Professor Paulo Cesar PC Vice-Presidente Vereador José Nelson da Paixão 1º Secretário Vereador Sandro Campos 2º Secretário Vereador Alessandro Dias 3º Secretário**

Ato da Mesa N.º 2994/2022 A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa RESOLVE: **Artigo 1º - Conceder**, licença a funcionária **Sandra Aparecida Martins**, para tratamento de saúde de membro familiar, devendo permanecer afastada no período de 27 de janeiro a 02 de Fevereiro de 2022, conforme atestado médico apensado em seu prontuário funcional. **Artigo 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 31 de janeiro de 2022 – 68º Ano da Instalação do Município. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi Presidente Vereador Professor Paulo Cesar PC Vice-Presidente Vereador José Nelson da Paixão 1º Secretário Vereador Sandro Campos 2º Secretário Vereador Alessandro Dias 3º Secretário**

Ato da Mesa N.º 2995/2022 A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE: **Artigo 1º - Conceder**, licença para tratamento de saúde ao funcionário **José Nilton Barbosa Meira**, devendo permanecer afastado por 06 dias a partir do dia 30 de janeiro de 2022, conforme atestado médico apensado em seu prontuário funcional. **Artigo 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 01 de fevereiro de 2022 – 68º Ano da Instalação do Município. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi Presidente Vereador Professor Paulo Cesar PC Vice-Presidente Vereador José Nelson da Paixão 1º Secretário Vereador Sandro Campos 2º Secretário Vereador Alessandro Dias 3º Secretário.**

LAUDA VISA Nº01/2022

Desativação do CEVS- Xgraph Radiologia Odontológica Ltda – Proc. 6103/2011- **Desativação do CEVS** – Consultório odontológico Marcia Missuzu Itamoto Proc. 5291/2001 - **Desativação do CEVS** Equipamento de RX Marcia Missuzu Itamoto Proc. 6411/2002 - **Assunção de Responsabilidade Técnica Substituta** de João Victor de Souza Gomes – Farma Leste Estação Ribeirão Ltda Proc. 3487/2020 - **Renovação de Licença Sanitária** de Drogaria São Paulo S.A – Proc. 8367/2015 -**Renovação de Licença Sanitária** de Keyla Kene Leal Carvalho Clínica Odontologica Proc. 4890/2012 - **Patrícia Bezerra da Silva, Diretora de vigilância Sanitária.**

EDITAIS DISPONÍVEIS: N.º 011/2022 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual locação de sistema de sonorização e iluminação para eventos. Período para cotação das 11:00 horas do dia 03/02/2022 às 08:00 horas do dia 15/02/2022. Período para lances: 15/02/2022 a partir das 09:00 horas.

N.º 012/2022 - Objeto: Registro de preços para fornecimento de dieta enteral para atender determinação judicial. Período para cotação das 11:00 horas do dia 03/02/2022 às 13:30 horas do dia 15/02/2022. Período para lances: 15/02/2022 a partir das 14:30 horas.

N.º 013/2022 - Objeto: Registro de preços para fornecimento de fios para sutura. Período para cotação das 11:00 horas do dia 03/02/2022 às 08:00 horas do dia 16/02/2022. Período para lances: 16/02/2022 a partir das 09:00 horas.

N.º 014/2022 - Objeto: Registro de preços para fornecimento de cateter intravenoso. Período para cotação das 11:00 horas do dia 03/02/2022 às 13:30 horas do dia 16/02/2022. Período para lances: 16/02/2022 a partir das 14:30 horas.

Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. Os editais na íntegra poderão ser obtidos através do site: www.bll.org.br ou www.ribeiraopires.sp.gov.br. Ribeirão Pires, 02 de fevereiro de 2022. Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

ATA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL DE RIBEIRÃO PIRES DO ANO DE 2022 – CMPDA

Ribeirão Pires, 17 de Janeiro de 2022

Reunião Híbrida – Via aplicativo Google Meet e Presencial no Teatro Arquimedes Ribeiro

14:00h

Participantes Presencial

Poder Público: Marcus Vinicius Matheus Esperidião, Paulo Sérgio França dos Santos, Adriano de Almeida Galvão, Sociedade Civil: Lia Cristina Ferrari Silva, Hayly Ramos Siqueira, Meyrivalda Moreno Aben Athar, Maria de Lourdes Albuquerque Tondato, Julia Carvalho Pimentel Nobre, Vivian Miranda Mota, Keilla Maria dos Reis Santos, Edmilce Aparecida Corrêa Leme

Ausência Justificada: Cristiano Soares da Silva, Marcela Santos Alves de Souza, Silvana Silveira Mendonça, Diana Szot de Lima,

Participantes Online

Sociedade Civil: Keilla, Jessica Roberta Patrício Cardoso, Anna Carolina

Marcus inicia a reunião às 14 horas e 15 minutos de forma híbrida onde foi transmitida a reunião via google meet após ter sido exposta a necessidade da transmissão a fim de garantir a participação do maior número de integrantes do conselho sejam estes impossibilitados por questões de saúde ou agenda. Foi informada sobre a pauta da votação de presidente e vice-presidente do CMPDA, além da votação do secretário. Por unanimidade foram eleitos: Marcus para presidente, Maria de Lourdes (Uda) para vice-presidente, Lia Cristina Ferrari Silva primeira secretária, estes se voluntariaram aos cargos não havendo objeções. Foi tratado outro tema em pauta sobre revogação do PROJETO DE LEI Nº 6112/2016 e, apresentação de um novo Projeto de Lei que será proposto pelo Executivo, onde a medida visa inibir a referida prática de irregularidades, tornando a multa mais severa, de modo a aumentar seu caráter punitivo e, por consequência, educativo, objetivando, cada vez mais a proteção dos animais, sejam eles domésticos, domesticáveis, silvestres, nativos ou exóticos. Conselheiros apoiaram o projeto com enaltecimento e foram expostas dúvidas em relação aos processos de denúncias até aplicação de pena e pós punição em caso de configuração de maus-tratos e afins. Marcus orientou os conselheiros sobre a importância do recolhimento de provas físicas como fotos e vídeos no ato de barbaridade, e foi exposta a limitação do poder público em relação a alta demanda de resgates, denúncias e recebimento de fauna no município, Foi exposto a dificuldade de imposição das cobranças dos grupos de conselheiros em relação a sociedade civil onde ficou claro a importância da participação dos conselheiros nas reuniões levantando pautas e assuntos relevantes ao tema. Maria de Lourdes Houve questionou sobre um caso de equino em sofrimento, onde foi esclarecido sobre a autonomia e limite das ações da equipe de fiscalização ambiental, que fica vedada a propriedades particulares utilização de equipamentos público, onde tutor se demonstrou presente e com intenção de prestar socorro ao próprio animal. Equipe da fiscalização ambiental e médicos veterinários do CCZ foram elogiados em relação à constante evolução das ações implantadas no município como educação ambiental, resgate de fauna e castração para cães e gatos.

Como pauta de discussão foi aprovado por unanimidade o Regimento Interno do CMPDA, esclarecido a competência do CMPDA e dos respectivos membros, assim como a autonomia que o Conselho tem em atuar como ferramenta de combate aos maus-tratos aos animais e políticas mais eficientes para conscientização e preservação do meio ambiente.

Marcus agradece a participação de todos e encerra a reunião às 15:30h.

REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES - CMPDA

- CAPÍTULO I

Da Instituição

Art. 1º -

O presente regimento interno dispõe sobre a estruturação, organização, funcionamento, atribuições e outras disposições do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais da Estância Turística de Ribeirão Pires, órgão criado pela Lei nº 6.469, de 01 de julho de 2020, para atuar no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires -SP.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais da Estância Turística de Ribeirão Pires recebe a abreviatura de CMPDA.

CAPÍTULO II

Da Definição

Art. 2º - O COMPDA é um órgão colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador da implantação e manutenção das políticas públicas de promoção das ações de proteção e defesa dos animais, quer sejam eles de grande ou pequeno porte, no âmbito do município da Estância Turística de Ribeirão Pires - SP.

CAPÍTULO III

Dos Objetivos

Art. 3º - O COMPDA objetiva a busca, dentro de sua estrutura e atribuições, das condições necessárias para a defesa, proteção, conservação e preservação da vida, da dignidade e do bem-estar dos animais, protegendo-os assim de maus

tratos, abandono e exploração, quer sejam domésticos, domesticados e não domésticos (inclusive os destinados para abate), nativos ou exóticos, assegurando a implantação e manutenção de políticas públicas que levem à uma convivência harmoniosa entre os homens e os animais.

Art. 4º - O COMPDA tem como objetivo básico estudar e discutir políticas públicas de proteção e defesa dos animais, buscando:

I – atuar:

- a) na proteção e defesa dos animais, quer sejam os chamados de estimação ou domésticos, bem como os animais da fauna silvestre;
- b) na conscientização da população sobre a necessidade de se adotar os princípios da posse responsável e proteção ecológica dos animais;
- c) na defesa dos animais feridos e abandonados.

II – colaborar na execução do Programa de Educação Ambiental, na parte que concerne à proteção de animais e seus habitats;

III – solicitar e acompanhar ações dos órgãos da administração, direta ou indireta, que têm incidência no desenvolvimento dos programas de proteção e defesa dos animais;

IV – colaborar e participar nos planos e programas de controle das diversas zoonoses;

V – incentivar a preservação das espécies animais da fauna silvestre, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes, animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal, cuja manutenção ou soltura seja impraticável;

VI – coordenar e encaminhar ações que visem, no âmbito do Município, junto à sociedade civil, a defesa e a proteção dos animais;

VII – propor alterações na legislação vigente para a criação, transporte, manutenção e comercialização, visando aprimorar e garantir maior efetividade no respeito ao direito legítimo e legal dos animais, evitando-se a crueldade aos mesmos e resguardando suas características próprias;

VIII – propor a realização de campanhas:

- a) de esclarecimento à população quanto ao tratamento digno que deve ser dado aos animais;
- b) de adoção de animais visando o não abandono;
- c) de registro de cães e gatos;
- d) de vacinação dos animais;
- e) para o controle reprodutivo de cães e gatos.

IX – envidar esforços junto a outras esferas de governo a fim de aprimoramento da legislação e dos serviços de proteção aos animais;

X – desenvolver, em cooperação com o órgão municipal competente, um cronograma anual de atividades a serem realizadas, visando à proteção dos animais, dentre elas, obrigatoriamente, a campanha anual de vacinação e esterilização;

XI – promover programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da propriedade responsável de animais domésticos, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção animal, outras organizações não governamentais, universidades, escolas, empresas públicas e/ou privadas, nacionais ou internacionais e entidades de classe ligadas aos médicos veterinários;

XII – elaborar anualmente um relatório das atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO IV

Da Composição

Art. 5º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais da Estância Turística de Ribeirão Pires – COMPDA, será composto de 12 (doze) membros e seus respectivos suplentes, nomeados por quem de direito, mediante solicitação por ofício ao Sr. Prefeito Municipal e homologados por este, através de decreto de nomeação, escolhidos dentre cidadãos da comunidade de comprovada idoneidade e com conhecimento e/ou atuação na área respectiva, ou com interesse pelos direitos e proteção dos animais da Estância Turística de Ribeirão Pires, sendo estes:

I — 06 (seis) representantes, indicados e nomeados pelo chefe do Poder Executivo da Estância Turística de Ribeirão Pires, e seus respectivos suplentes;

II - 01 (um) representante indicado pela Secretaria de Saúde e Higiene, e seu respectivo suplente;

III - 01 (um) representante indicado pela Secretaria de Educação, e seu respectivo suplente;

IV - 01 (um) representante indicado pela Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, e seu respectivo suplente;

V - 1 (um) representante indicado pela Secretaria de Zeladoria de Manutenção Urbana, e seu respectivo suplente;

VI - 1 (um) representante indicado pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, e seu respectivo suplente.

VII - 1 (um) representante indicado pela Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, e seu respectivo suplente.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão ser pessoas de comprovada idoneidade e com conhecimento e/ou atuação na área respectiva, ou com interesse pelos direitos e proteção dos animais do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

§ 2º -

O mandato dos Membros do Conselho será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais 02 (dois) anos, e, reeleitos para mandatos posteriores, assim como sua Diretoria, cabendo a decisão a aprovação em assembleia, pela maioria simples dos seus membros.

§ 3º - Quando ocorrer vaga de titular representante da sociedade ou de um dos outros representantes, o suplente completará o mandato do titular.

§ 4º -

O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

§ 5º - O COMPDA não distribui entre seus conselheiros, diretores, empregados ou doadores, lucros ou eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades ou decorrentes de auxílios e doações, aplicando-os integralmente na consecução de seu objeto social.

§ 6º - O COMPDA não tem qualquer vinculação político-partidária ou religiosa.

§ 7º -

É vedada a participação, como membro do Conselho, de pessoas que possuam ocorrências negativas envolvendo animais em geral.

§ 8º - O COMPDA deverá constituir uma Diretoria Executiva, composta de: Um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

§ 9º - O Conselho poderá contar com a participação de um veterinário voluntário, como membro especialmente convidado, para expedir laudos, assistência às fiscalizações e autuações e outros onde é imprescindível a sua atuação, bem como de um advogado voluntário para acompanhamento e assistência aos acordos, inquéritos e em outras situações e ocorrências, tendo estes direito a voz, mas não a voto.

CAPÍTULO V

Do Impedimento de Participação

Art. 6º - Não podem compor o COMPDA detentores de cargo de mandato eletivo, regido pela Justiça Eleitoral, em qualquer nível, e se candidatos para tanto, deverão licenciarse das funções de Conselheiro com antecedência mínima de 6 (seis) meses.

CAPÍTULO VI

Da Competência

Art. 7º - Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais da Estância Turística de Ribeirão Pires:

I - exigir das autoridades e órgãos públicos e privados o fiel cumprimento das leis de proteção aos animais em geral;

II - dar parecer e ser ouvido em todas as situações que envolvam animais em geral;

III - acionar os órgãos competentes e a fiscalização da Prefeitura quando for o caso;

IV - promover campanhas educativas junto à população, escolas e imprensa visando a conscientização sobre a proteção aos animais;

V – criar site, blog e páginas de redes sociais para divulgação permanente na internet, destinados a tratar exclusivamente dos assuntos de proteção animal;

VI - criar condições e solicitar colaboração das autoridades para execução de seus projetos e fiscalização;

VII - realizar diligências e adotar providências contra situações de maus tratos aos animais;

VIII

exigir e cobrar das autoridades e órgãos públicos e privados resultados das ações de proteção aos animais contra crueldades e abusos;

IX - evitar propagandas maldosas que coloquem os animais na mira dos mal informados, levando o medo, a revolta e preconceito contra os mesmos, prejudicando a segurança e o sossego das pessoas e animais em geral;

X - promover propagandas que informem, eduquem e despertem o respeito e a consideração a que os animais têm direito, à sua vida e liberdade, condenando sacrifícios, extermínio e a vivissecção de animais;

XI - organizar, orientar e difundir as práticas de proteção e defesa dos animais no

município; XII - receber e avaliar todos os projetos relacionados com a Proteção e

Defesa dos Animais;

XIII - organizar eventos destinados à preservação de raças e espécies animais, em parceria com as entidades especializadas regularmente constituídas;

XIV - registrar e fazer registrar as entidades e pessoas físicas, que utilizem de campanhas públicas para arrecadação de recursos, e que lidam com animais no Município de Santa Rita do Sapucaí;

XV

fiscalizar a execução da legislação de proteção aos animais em vigor no país, em colaboração com as autoridades e órgãos competentes;

XVI - realizar estudos e trabalhos relacionados com a proteção dos animais bem como a preservação de raças e espécies;

XVII - diligenciar junto aos poderes públicos competentes, no sentido de dar fiel e cabal cumprimento às suas atribuições;

XVIII - fiscalizar e orientar a prática de higiene, alimentação e saúde dos animais;

XIX - incentivar, amparar e homenagear pessoas e entidades, através de prêmios tais como: troféus, diplomas, medalhas, livros, aulas e preleções técnicas e educacionais;

XX - requerer na justiça a proibição de possuir qualquer animal se for para o bem da causa.

Art. 8º - É de competência do Presidente do Conselho Municipal de Proteção aos Animais do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires:

I - convocar e presidir as reuniões ou sessões do Conselho;

II – presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução de suas finalidades;

III – coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;

IV – comunicar às entidades e ao Poder Público, quando da ausência injustificada por 03 (três) vezes consecutivas ou 06 (seis) alternadas dos representantes designados;

V – cumprir e fazer cumprir as deliberações do

Conselho;

VI - zelar pelo cumprimento das atribuições do

Conselho;

VII - representar o COMPDA e/ou delegar funções quando necessário;

VIII – manter contatos que o COMPDA entender necessários junto a órgãos de Poder Público, em nível municipal, estadual e federal, ou com entidades não governamentais;

IX - solicitar ao Executivo Municipal as providências e recursos necessários ao atendimento dos serviços do Conselho;

X - apresentar, anualmente, relatório do COMPDA para conhecimento e aprovação dos demais membros, bem como encaminhá-lo ao Executivo e Legislativo Municipais;

XI - representar judicial e extrajudicialmente o

COMPDA;

XII – dar publicidade às ações desenvolvidas

pelo COMPDA;

XIII – solicitar ao Executivo Municipal a designação de assessores, sempre que necessário e em caráter temporário, conforme as matérias em análise.

XIV - constituir subcomissões para estudos e trabalhos especiais relativos à competência do Conselho, designando seus respectivos presidentes e secretários e seus substitutos em suas eventuais ausências, de comum acordo com o art. 10º deste regimento e seus incisos;

XV - estabelecer regulamentos e atribuições para funcionamento das subcomissões;

XVI - designar os substitutos dos membros do Conselho, em suas ausências, nos termos deste Regimento;

Art. 9º - É de competência do Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente em sua ausência ou impedimento ocasional;

II - colaborar com o Presidente em todos os assuntos de sua competência.

Art. 10 - É de competência do Secretário:

I. - substituir o Presidente na ausência ou impedimento ocasional do Vice-Presidente;

II - organizar a pauta dos trabalhos para cada sessão;

III - distribuir, mediante determinação do Presidente, para estudo e relato dos membros do Conselho, os assuntos submetidos à deliberação deste órgão;

IV – redigir as atas da sessão;

V - assinar as atas das sessões, juntamente com os demais membros;

VI - receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrá-lo e tomar todas as providências necessárias ao seu regular andamento;

VII - executar todos os demais serviços inerentes ao seu cargo, ou atribuídos pelo presidente do Conselho.

Art. 11 - É de competência dos membros do Conselho:

I - comparecer às sessões do Conselho;

II - eleger entre seus pares o Presidente do Conselho, o Vice-Presidente e o Secretário;

III - requerer a convocação de sessões, justificando a necessidade, quando o Presidente ou seu substituto legal não o fizer;

IV - estudar e relatar os assuntos que lhes forem distribuídos, emitindo pareceres;

V - tomar parte nas discussões e votações, apresentar emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres ou resoluções;

VI - pedir vistos de pareceres ou resoluções e solicitar andamento de discussões e votações;

VII - requerer urgência para a discussão e votação de assuntos não incluídos na Ordem do Dia, bem como preferência nas votações e discussões de determinados assuntos;

VIII - assinar atas, resoluções e pareceres;

IX - colaborar para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

X - desempenhar os encargos que lhes forem atribuídos pelo Presidente;

XI - comunicar previamente ao Presidente quando tiver de ausentar-se do Município ou não puderem comparecer às sessões para as quais foram convocados;

XII – Manter sigilo sobre as informações e dados que possam gerar prejuízo ou constrangimento a alguém;

XIII – Fica vedado aos membros do Conselho a autopromoção, que será verificada em reunião do Conselho;

XIV -

Fica vedado aos membros, do Conselho, inclusive os representantes da diretoria, emitir opiniões oficiais em nome do mesmo sem que tenha havido deliberação em reunião e consignação em ata. Resguarda-se a cada um a liberdade de expressão e comunicação de sua opinião pessoal nos termos da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII

Das Subcomissões

Art. 12 - O presidente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires – COMPDA, poderá constituir subcomissões para estudos e trabalhos especiais relacionados à competência do Conselho.

§1º - As subcomissões serão constituídas de até 06 (seis) membros, podendo delas participar, a juízo do plenário, pessoas estranhas à Administração Municipal e de reconhecida capacidade, devendo obrigatoriamente conter ao menos 01 (um) membro do Conselho.

Art. 13 - As subcomissões estabelecerão o seu programa de trabalho, cujo resultado será apreciado pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires – COMPDA.

Art. 14 - As subcomissões funcionarão de acordo com as disposições deste Regimento.

Art. 15 - As subcomissões extinguir-se-ão uma vez aprovado ou rejeitado pelo plenário, o relatório dos trabalhos que executarem.

CAPÍTULO VIII

Das Sessões do COMPDA

Art. 16 - O COMPDA tomará as suas decisões nas reuniões plenárias, mediante votação, nos termos deste regimento.

Art. 17 – O COMPDA funcionará regularmente, através de reuniões plenárias, com sessões ordinárias mensais, com duração de até 2 (duas) horas, as quais realizar-se-ão em locais devidamente adequados em estruturas de acessibilidade, sempre na primeira segunda-feira de cada mês, às 14:00 horas.

Art. 18 - As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, por convocação do Presidente, do seu substituto legal ou a requerimento de um terço dos seus membros, e tratarão exclusivamente da matéria que justificar a sua convocação.

§ 1º - As convocações das reuniões do COMPDA deverão ser efetuadas com antecedência mínima de dois dias úteis, salvo motivo urgente devidamente justificado, e serão válidas se feitas por meio físico ou eletrônico.

§ 2º - O Conselho deliberará em reuniões ordinárias e extraordinárias por maioria simples dos conselheiros presentes às sessões, cabendo ao presidente o voto de minerva em caso de empate na votação.

§3º – Haverá tolerância de 10 (dez) minutos da hora prevista em convocação para o início da reunião. Decorrido este prazo, as entidades que não se fizerem presentes com justificativa válida, serão consideradas faltosas.

Art. 19 – As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, apenas o desempate.

Parágrafo único - A votação será nominal.

Art. 20 - Dependendo da matéria em debate, poderão ser convidados às sessões do Conselho, dirigentes de entidades públicas ou privadas, técnicos especializados, servidores da prefeitura ou outros convidados especiais.

Art. 21 -

Fica assegurado a cada membro do COMPDA o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão, porém, uma vez encaminhado para votação, não caberá nova discussão em seu mérito.

CAPÍTULO IX

Da Ordem e da Execução dos Trabalhos

Art. 22 - Os assuntos serão distribuídos no Conselho, pela ordem cronológica das respectivas entradas.

Parágrafo único - No caso de matéria urgente e de alta relevância, poderá a mesma, a critério do Conselho, entrar imediatamente em discussão, ainda que não incluída na ordem do dia.

Art. 23 - Os assuntos serão distribuídos aos membros do Conselho, inclusive ao Presidente, obedecendo-se sempre que possível à especialidade do relator relativamente à matéria em estudo.

Art. 24 - A ordem dos trabalhos a ser observada nas sessões do Conselho será a

seguinte:

I - verificação da presença;

II - leitura, discussão, votação, aprovação e assinatura da ata de sessão

anterior;

III - distribuição dos assuntos a serem estudados e relatados.

Art. 25 - O membro do Conselho poderá emitir parecer por escrito contendo o histórico e o resumo da matéria, as considerações da ordem prática ou doutrinária que entender cabíveis e sua conclusão ou voto.

§ 1º -

O membro do Conselho poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento do assunto em estudo a qualquer órgão da Administração Municipal cuja informação julgue necessária à elucidação da matéria que lhe foi distribuída, bem como o comparecimento de quaisquer pessoas às sessões ou outras providências que julgar necessárias.

§ 2º -

Na hipótese de ser rejeitado o parecer de qualquer membro, o Presidente designará novo relator que constituirá a subcomissão para estudo da matéria.

Art. 26 -

A ordem do dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão, acompanhados dos respectivos pareceres, quando necessário.

Art. 27 - Após a leitura do parecer, o Presidente submeterá o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que solicitar.

Parágrafo único -

O período para discussão de cada matéria será previamente fixado pelo Presidente, cabendo a cada membro o espaço de tempo para debater os assuntos.

Art. 28 - Durante a discussão, os membros do Conselho poderão:

I - apresentar emendas ou

substitutivos;

II - opinar sobre relatórios

apresentados;

III - propor providências para a instrução do assunto em

debate;

IV - emitir parecer desfavorável sobre assuntos da

votação.

Parágrafo Único - Poderão participar destas discussões, os munícipes presentes.

Art. 29 - As propostas apresentadas durante a sessão deverão ser classificadas, a critério do Presidente, em matéria de estudo ou deliberação imediata.

Art. 30 - O membro do Conselho que não se julgar suficientemente esclarecido quanto à matéria em exame poderá requerer diligências, pedir vistas do processo relativo ao assunto em estudo e mesmo o adiamento da discussão ou votação.

§ 1º - O prazo de vista será de 10 (dez) dias, podendo, a critério do Conselho ser prorrogado ou reduzido, segundo a complexidade e urgência da matéria.

§ 2º -

Quando a discussão, por qualquer motivo não for encerrada em sua sessão, ficará adiada para a sessão seguinte ou nova sessão previamente marcada pelo presidente.

Art. 31 - Após o encerramento da discussão, a matéria em estudo será submetida à deliberação do Plenário, juntamente com as emendas ou substitutivos que forem apresentados.

Art. 32 - As deliberações do Conselho, denominar-se-ão "Parecer" quando a matéria for submetida à aprovação, ou "Resolução" quando decorrer de sua própria iniciativa.

§ 1º- Estas peças serão redigidas e assinadas pelos Conselheiros e deverão ser apresentadas ao Conselho, em prazo a ser estipulado pelo próprio Conselho;

§ 2º - Em casos especiais poderão estas peças ser lavradas e assinadas na própria sessão.

Art. 33 -

As resoluções e pareceres serão assinados por todos os membros da Subcomissão e pelo Presidente, e então encaminhados a quem de direito.

CAPÍTULO X

Das Atas

Art. 34 - As atas serão lavradas e assinadas pelo Secretário e nelas serão resumidas com clareza os fatos relevantes ocorridos durante a sessão, devendo conter:

- a) dia, mês, ano, local e hora da abertura e encerramento da sessão;
- b) nome do Presidente ou de seu substituto legal;
- c) os nomes dos membros que houverem comparecido, bem como dos eventuais convidados;
- d) registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, dos pareceres, mencionando sempre, a natureza dos estudos efetuados.

Art. 35 -

Lida no começo da sessão, a ata da sessão anterior será discutida, retificada, quando for o caso, assinada pelo Secretário e submetida ao Conselho, declarando o Presidente ao encerrá-la e subscrevê-la, à data da aprovação.

Art. 36 –

Após aprovadas e assinadas as atas serão registradas em livro próprio, cuja responsabilidade de guarda é do Secretário do Conselho. Cópia digital da mesma deverá ser enviada para a prefeitura que a fará publicar em seu sítio eletrônico.

CAPÍTULO XI

Das Substituições e Perdas de Mandato

Art. 37 - Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais da Estância Turística de Ribeirão Pires – COMPDA, estão dispensados de comparecer às sessões por ocasião de férias ou de licenças que lhes forem regularmente concedidas pelos respectivos órgãos, repartições ou empresas onde desenvolverem suas atividades.

Parágrafo único -

Nesta hipótese deverão comunicar ao Conselho com antecedência de 15 (quinze) dias, salvo motivo urgente devidamente justificado e comprovado.

Art. 38 - O presidente será substituído em suas ausências ou impedimentos ocasionais pelo Vice-Presidente.

Art. 39 - Os membros do Conselho, em suas ausências, serão substituídos pelos seus suplentes.

Art. 40 - Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais da Estância Turística de Ribeirão Pires – COMPDA perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

I -
faltar injustificadamente a 03 (três) sessões consecutivas do Conselho ou 04 (quatro) reuniões intercaladas, no curso de 01 (um) ano, sendo que a perda do mandato que cita este artigo deverá constar da pauta e caberá a decisão ao colegiado, que definirá por voto fechado, em maioria simples;

II – deverá ser notificada a instituição, para que no prazo de 30 (trinta) dias indique um novo membro para integrar a Comissão.

III - tornar-se incompatível com o exercício do cargo por improbidade ou prática de atos irregulares, ou por se verificar que o mesmo está em desconformidade com a determinação do § 1º do artigo 5º. deste regimento.

§ 1º - Os suplentes assumirão automaticamente a posição de titular, sendo apenas homologados pelo Presidente.

§ 2º - É recomendada a presença nas reuniões do COMPDA do Conselheiro titular bem como de seu suplente.

§ 3º - Em caso da presença do Conselheiro e de seu suplente, ambos terão direito a voz, cabendo ao titular o direito ao voto.

§ 4º - O Presidente do Conselho é a autoridade competente para declarar a perda de mandato de qualquer membro, depois de apurada a infração ou falta grave, desde que aprovado por maioria simples dos conselheiros presentes à reunião em que o assunto estiver em pauta.

§ 5º - Os membros da subcomissão perderão o mandato pelos motivos estabelecidos para os membros do Conselho Municipal.

§ 6º - O Presidente do Conselho será excluído ou substituído do quadro dos membros comissionados por votação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho, cujo Plenário ratificará a investidura do Vice-Presidente.

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Finais

Art. 41 – Fica expressamente proibida a vinculação político-partidária nas atividades do COMPDA.

Art. 42 – Nenhum membro poderá manifestar-se em nome do COMPDA sem prévia autorização do Conselho.

Art. 43 – O COMPDA poderá convocar audiências públicas a qualquer tempo quando o assunto for de relevante interesse público.

Art. 44 - Este Regimento poderá ser alterado mediante proposta de qualquer membro do Conselho, aprovada pela maioria simples dos presentes à sessão.

Parágrafo Único - Para isto, a alteração do regimento deverá sempre ser matéria exclusiva na pauta de reunião, apresentadas as assinaturas de 2/3 (dois terços) dos conselheiros, dando ciência da reunião, de sua data e de sua pauta.

Art. 45 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão resolvidos em reunião.

Art. 46 - Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação, respeitadas as tramitações legais vigentes.

Art. 47 -

Após aprovação pela maioria simples dos integrantes do COMPDA, este Regimento Interno será encaminhado ao Prefeito Municipal para regulamentação, através de Decreto.

Art. 48 – Não poderão serem utilizados o nome e a logomarca do COMPDA sem a autorização deste.

Ribeirão Pires, 07 de janeiro de 2022

Marcus Vinicius Matheus Esperidião

*Presidente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais da Estância Turística de
Ribeirão Pires – COMPDA. Biênio 2022/2024*